

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ

DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

Prova Discursiva P₂ – Questão 1

Aplicação: 25/05/2025

PADRÃO DE RESPOSTA

Segundo a Constituição do Estado do Ceará (art. 185), para garantia do direito constitucional de atendimento à mulher, vítima de qualquer forma de violência, deve o Estado instituir delegacias especializadas de atendimento à mulher em todos os municípios com mais de 60 mil habitantes. Portanto, deveria haver, no município citado na situação hipotética, uma delegacia especializada em atendimento à mulher, visto que o município tem 70 mil habitantes.

Segundo o texto constitucional, o direito protegido pelo *habeas corpus* é a liberdade de locomoção. No caso em apreço, como a restrição à locomoção ainda não se consumou, há apenas uma ameaça ao direito de locomoção, o *habeas corpus* impetrado foi preventivo, que é impetrado quando há ameaça de constrangimento ilegal à liberdade de locomoção do agente, por ilegalidade ou abuso de poder.

O trancamento do inquérito policial é medida de natureza excepcional, que se admite apenas quando ficar demonstrado, de forma inequívoca, o constrangimento ilegal sofrido pelo investigado, ou seja, quando há ilegalidade no inquérito policial em razão das seguintes hipóteses: manifesta atipicidade formal ou material da conduta delituosa, inépcia da denúncia, ausência de provas da materialidade do crime e dos indícios de autoria ou existência de causa extintiva da punibilidade.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1

Conceito 0 – Não respondeu ou afirmou não ser necessária a criação de delegacia especializada em atendimento à mulher no município.

Conceito 1 – Afirmou que a Constituição do Estado do Ceará prevê a necessidade de delegacia especializada, mas não justificou que tal obrigatoriedade é prevista para todos os municípios com mais de 60 mil habitantes.

Conceito 2 – Afirmou que a Constituição do Estado do Ceará prevê a necessidade de delegacia especializada, justificando corretamente que tal obrigatoriedade é prevista para todos os municípios com mais de 60 mil habitantes.

Quesito 2.2

Conceito 0 – Não abordou o bem jurídico tutelado pelo *habeas corpus*.

Conceito 1 – Afirmou que o bem jurídico tutelado pelo *habeas corpus* é a liberdade de locomoção.

Quesito 2.3

Conceito 0 – Não abordou o *habeas corpus* preventivo nem sua aplicação.

Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos seguintes aspectos: (i) classificação do *habeas corpus* como preventivo; (ii) no caso em questão, há apenas uma ameaça de constrangimento ilegal à liberdade de locomoção do agente, por ilegalidade ou abuso de poder.

Conceito 2 – Abordou corretamente os dois aspectos citados.

Quesito 2.4

Conceito 0 – Não discorreu, ou discorreu erroneamente, sobre a possibilidade de impetrar *habeas corpus* para trancamento do inquérito policial.

Conceito 1 – Afirmou a possibilidade de impetrar *habeas corpus* para trancamento do inquérito policial, mas não discorreu sobre nenhum dos seguintes aspectos: (i) trata-se de medida de natureza excepcional; (ii) admite-se, excepcionalmente, apenas quando ficar demonstrada, de forma inequívoca, a existência de constrangimento ilegal sofrido pelo investigado, ou seja, que há ilegalidade no inquérito policial.

Conceito 2 – Afirmou a possibilidade de impetrar *habeas corpus* para trancamento do inquérito policial, discorrendo corretamente sobre apenas um dos aspectos citados.

Conceito 3 – Afirmou a possibilidade de impetrar *habeas corpus* para trancamento do inquérito policial, discorrendo corretamente sobre os dois aspectos citados.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ

DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

Prova Discursiva P₂ – Questão 2

Aplicação: 25/05/2025

PADRÃO DE RESPOSTA

A conduta do policial civil Marcos pode ser considerada isenta de pena, desde que, da análise das circunstâncias subjetivas de Marcos, fique demonstrada a inevitabilidade do erro quanto à ilicitude da conduta, ou seja, que Marcos não possuía meios razoáveis de compreender a ilicitude do ato praticado por ele. Conforme dispõe o art. 21 do Código Penal (CP), o erro de proibição sobre a ilicitude do ato, se inevitável, exclui a culpabilidade e isenta o agente de pena, pela ausência do elemento “potencial consciência da ilicitude”. Na hipótese, Marcos alegou ter agido sob o amparo da legítima defesa (art. 25 do CP), o que caracteriza erro de proibição indireto, hipótese na qual a falsa percepção da realidade incide sobre uma autorização contida em norma permissiva. Logo, o agente sabe que sua atitude é proibida, porém acredita, erroneamente, que na situação concreta há alguma excludente de ilicitude em seu favor.

O erro de proibição recai sobre a ilicitude do ato. O agente conhece todos os aspectos objetivos do tipo penal, mas acredita estar autorizado a agir, pois acredita que sua conduta é juridicamente lícita. Por sua vez, o erro de tipo permissivo ocorre quando a falsa percepção da realidade do agente recai sobre situação de fato descrita como requisito objetivo de uma excludente de ilicitude, ou seja, quando o erro incide sobre os pressupostos fáticos de uma causa de justificação. Em relação às consequências jurídicas, no erro de tipo permissivo, o agente é isento de pena, salvo se houver previsão da conduta na modalidade culposa; no erro de proibição, a pena do agente pode ser reduzida (se o erro for evitável) ou o agente é isento de pena, em razão de exclusão de sua culpabilidade (se o erro for inevitável).

Na hipótese apresentada, os fatos ocorreram em 2016 e, até o momento (ano de 2025), não houve o oferecimento nem o recebimento da denúncia, de acordo com a situação hipotética. Em tese, o crime imputável a Marcos é o de disparo de arma de fogo (art. 15 da Lei n.º 10.826/2003), cuja pena máxima em abstrato cominada é de 4 anos de reclusão. Conforme o art. 109, inciso IV, do CP, já que a pena máxima em abstrato é superior a 2 anos e inferior a 4 anos, o prazo prescricional é de 8 anos, o que, no caso em questão, já foi transcorrido, e configura-se, portanto, a prescrição da pretensão punitiva pela pena em abstrato. O STF já reconheceu que a prescrição antes do recebimento da denúncia só pode ser analisada com base na pena em abstrato (HC 122.694/SP), conforme disposto no art. 110, § 1.º, do CP.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1

Conceito 0 – Não respondeu se Marcos pode ser isento de pena ou fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Afirmou que Marcos pode ser isento de pena, mas não esclareceu sua resposta ou a esclareceu de forma incorreta.

Conceito 2 – Afirmou que Marcos pode ser isento de pena, esclarecendo corretamente apenas um dos seguintes aspectos: (i) necessidade de análise das circunstâncias subjetivas de agente; (ii) demonstração de que ele não possuía meios razoáveis para compreender a ilicitude do ato praticado; (iii) classificação do erro existente na situação como erro de proibição indireto, já que Marcos alegou ter agido sob o amparo da legítima defesa; (iv) afastamento/exclusão da culpabilidade do agente pela ausência do elemento potencial de consciência da ilicitude.

Conceito 3 – Afirmou que Marcos pode ser isento de pena, esclarecendo corretamente apenas dois dos aspectos citados.

Conceito 4 – Afirmou que Marcos pode ser isento de pena, esclarecendo corretamente apenas três dos aspectos citados.

Conceito 5 – Afirmou que Marcos pode ser isento de pena, esclarecendo corretamente os quatro aspectos citados.

Quesito 2.2

Conceito 0 – Não diferenciou erro de proibição e erro de tipo permissivo nem abordou as consequências de nenhum deles, ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos seguintes aspectos: (i) no erro de proibição, o erro recai sobre a ilicitude do fato; (ii) no erro de tipo permissivo, o erro recai sobre a situação de fato descrita como requisito objetivo de uma excludente de ilicitude; (iii) se o erro de proibição for evitável, a pena do agente é reduzida; (iv) se o erro de proibição for inevitável, o agente é isento de pena, em razão de sua culpabilidade ter sido excluída; (v) no erro de tipo permissivo, o agente é isento de pena, salvo se houver previsão legal da conduta culposa.

Conceito 2 – Abordou corretamente apenas dois dos aspectos citados.

Conceito 3 – Abordou corretamente apenas três dos aspectos citados.
Conceito 4 – Abordou corretamente apenas quatro dos aspectos citados.
Conceito 5 – Abordou corretamente os cinco aspectos citados.

Quesito 2.3

Conceito 0 – Não respondeu ou respondeu que não houve prescrição.
Conceito 1 – Afirmou que houve prescrição, mas não fundamentou sua resposta ou a fundamentou de forma incorreta.
Conceito 2 – Afirmou que houve prescrição, mas mencionou corretamente apenas um dos seguintes aspectos: (i) prescrição da pretensão punitiva do agente; (ii) a pena máxima em abstrato aplicada ao crime é de 4 anos de reclusão; (iii) o prazo prescricional aplicável ao crime em questão é de 8 anos, já tendo transcorrido esse prazo desde a prática do crime; (iv) o STF já reconheceu que a prescrição antes do recebimento da denúncia só pode ser analisada com base na pena em abstrato.
Conceito 3 – Afirmou que houve prescrição, mas mencionou corretamente apenas dois dos aspectos citados.
Conceito 4 – Afirmou que houve prescrição, mas mencionou corretamente apenas três dos aspectos citados.
Conceito 5 – Afirmou que houve prescrição, mencionando corretamente os quatro aspectos citados.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ

DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

Prova Discursiva P₂ – Peça prático-profissional

Aplicação: 25/05/2025

PADRÃO DE RESPOSTA

O(A) candidato(a) deverá elaborar uma **REPRESENTAÇÃO POR BUSCA E APREENSÃO DOMICILIAR E POR IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO**, que deverá ser endereçada ao **Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Fortaleza – CE**.

Além disso, deverá realizar a **menção aos autos do inquérito policial**, bem como a **apresentação da peça**, na qual deverá fazer menção à prerrogativa que lhe é inerente no exercício da função policial de representar pela expedição de mandado de busca e apreensão domiciliar para a localização da arma de fogo existente na residência de João, conforme fatos investigados no inquérito policial, bem como para a coleta de quaisquer outros elementos de convicção, conforme **art. 240, § 1.º, alíneas “d” e “h”, do Código de Processo Penal (CPP)**.

Em seguida, o(a) candidato(a) deverá requerer ao juiz a **decretação de medidas cautelares diversas da prisão**, com base no art. 282, § 2.º, do CPP. Na qualidade de autoridade policial responsável pelo inquérito policial, deverá requerer as seguintes medidas cautelares diversas da prisão: comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades; proibição de manter contato com Alberto (vítima), devendo o indiciado ou o acusado permanecer distante dele; proibição de João ausentar-se da comarca, considerando que sua permanência é conveniente ou necessária para a investigação ou a instrução criminal, conforme **art. 319, incisos I, III e IV, do CPP**.

Ainda, é necessário que o(a) candidato(a) apresente a classificação dos crimes praticados na situação narrada, com menção ao **crime de lesão corporal leve** (art. 129, § 7.º, c/c artigo 121, § 4.º, *in fine* do CP) e a existência de **causa de aumento de pena de 1/3 em razão de João ter praticado o crime contra pessoa maior de 60 anos de idade**. Além do crime de lesão leve, com base na narrativa dos fatos e a ameaça feita por João contra Alberto — de que voltaria no dia seguinte para matar Alberto —, o(a) candidato(a) deve indicar, também, a prática do **crime de ameaça** (art. 147 do CP), já que João, por palavra, ameaçou Alberto de causar-lhe mal injusto e grave. Ademais, é necessário que o(a) candidato(a) identifique a prática do **crime de violação de domicílio** (art. 150 do CP) e reforce o direito constitucional de inviolabilidade de domicílio (artigo 5.º, XI, Constituição Federal de 1988), considerando que João adentrou a residência de Alberto contra sua vontade expressa e ali permaneceu durante a prática dos demais crimes citados.

Na hipótese, não caberia o requerimento de prisão preventiva de João, visto que a soma das penas dos crimes praticados por ele é menor que quatro anos, somente sendo cabível o requerimento ao juiz da fixação de medidas cautelares diversas da prisão.

Vale lembrar que a competência em questão é da vara criminal, em razão da soma das penas dos crimes em espécie citados, bem como pelo fato de que a busca e a apreensão de arma de fogo pressupõem o crime de posse de arma de fogo, cuja competência é da vara criminal.

Dispensa-se que a representação seja instruída com a **narrativa dos fatos**, devendo o(a) candidato(a) apresentar a **tipificação legal dos crimes praticados por João e a fundamentação jurídica para requerimento da busca e apreensão domiciliar e requerimento das medidas cautelares diversas da prisão**.

Diante das razões de fato e de direito expostas, o(a) candidato(a), na qualidade de autoridade policial, deverá apresentar os seguintes **pedidos**: (I) **pedido de representação pela busca e apreensão domiciliar** para localização e apreensão da arma de fogo na posse de João, uma vez que há indícios de que João a esconde em sua residência; (II) **pedido de decretação de medidas cautelares diversas da prisão** (comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades; proibição de manter contato com a vítima Alberto, devendo o indiciado ou acusado permanecer distante dele; e a proibição de João ausentar-se da comarca); (III) requerimento da **oitiva do Ministério Público**, no prazo legal.

No encerramento de sua peça prático-profissional, o(a) candidato(a) deverá promover o seu fechamento com local e data e identificação do cargo (Delegado de Polícia).

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1

Conceito 0 – Não identificou a peça como uma representação por busca e apreensão e imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

Conceito 1 – Identificou corretamente a peça como uma representação por busca e apreensão e imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

Quesito 2.2

Conceito 0 – Não nenhum dos aspectos formais da peça, ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Apresentou, de forma correta e completa, apenas um dos seguintes aspectos formais: (i) endereçamento (Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Fortaleza – CE); (ii) menção aos autos de inquérito policial n.º XXX; (iii) fechamento (local, data e assinatura).

Conceito 2 – Apresentou, de forma correta e completa, apenas dois dos aspectos formais citados.

Conceito 3 – Apresentou, de forma correta e completa, os três aspectos formais citados.

Quesito 2.3

Conceito 0 – Não apresentou a tipificação legal das condutas praticadas por João ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Identificou corretamente apenas um dos seguintes aspectos em sua fundamentação jurídica: (i) crime de lesão corporal leve; (ii) causa de aumento de pena de 1/3 à pena da lesão corporal leve, em razão de João ter praticado o crime contra pessoa maior de 60 anos de idade; (iii) crime de ameaça; (iv) crime de violação de domicílio.

Conceito 2 – Identificou corretamente apenas dois dos aspectos citados.

Conceito 3 – Identificou corretamente apenas três dos aspectos citados.

Conceito 4 – Identificou corretamente os quatro aspectos citados.

Quesito 2.4

Conceito 0 – Não mencionou a busca e apreensão domiciliar na residência de João para localização da arma de fogo.

Conceito 1 – Mencionou a busca e apreensão domiciliar na residência de João para localização da arma de fogo, porém não apresentou fundamentação.

Conceito 2 – Mencionou a busca e apreensão domiciliar na residência de João para localização da arma de fogo, porém apresentou fundamentação insuficiente ou parcialmente inconsistente.

Conceito 3 – Mencionou a busca e apreensão domiciliar na residência de João para localização da arma de fogo, apresentando fundamentação suficiente e integralmente correta.

Quesito 2.5

Conceito 0 – Não mencionou a necessidade de medidas cautelares diversas da prisão contra João ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Mencionou a necessidade de medidas cautelares diversas da prisão contra João, porém não detalhou nenhuma medida.

Conceito 2 – Abordou a necessidade de medidas cautelares diversas da prisão contra João, mas mencionou apenas uma das seguintes medidas: (i) comparecimento periódico de João em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar suas atividades; (ii) proibição de João manter contato com Alberto (vítima), devendo o indiciado ou acusado permanecer distante dele; (iii) proibição de João ausentar-se da comarca, considerando que sua permanência é conveniente ou necessária para a investigação ou instrução criminal.

Conceito 3 – Abordou a necessidade de medidas cautelares diversas da prisão contra João, mas mencionou apenas duas das medidas citadas.

Conceito 4 – Abordou a necessidade de medidas cautelares diversas da prisão contra João, mencionando as três medidas citadas.

Quesito 2.6

Conceito 0 – Não apresentou nenhum dos seguintes pedidos: (i) pedido de representação pela busca e apreensão domiciliar para localização e apreensão da arma de fogo na posse de João, uma vez que há indícios de que João a esconde em sua residência; (ii) pedido de decretação das medidas cautelares diversas da prisão para João; (iii) requerimento da oitiva do Ministério Público, no prazo legal.

Conceito 1 – Apresentou corretamente apenas um dos pedidos citados.

Conceito 2 – Apresentou corretamente apenas dois dos pedidos citados.

Conceito 3 – Apresentou corretamente os três pedidos citados.